

ERRATA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2014-MP/PA
Nº DO TERMO ADITIVO: 9º
Nº DO CONTRATO: 014/2014-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a EMPRESA MELLO ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ: 08.335.460/0001-82).
Objeto e Justif cativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de vigência.
Data de Assinatura: 12/12/2017.
Vigência do Aditamento: 10/01/2018 a 08/07/2018
Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Publicação Original: Quarta-feira, 13 de dezembro de 2017
DIÁRIO OFICIAL Nº 33516 –P. 83 - Protocolo: 260887
Protocolo: 305893

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO NR 006/2016-MP/PA
Nº DO TERMO ADITIVO: 1º
Nº DO TERMO DE COOPERAÇÃO: 006/2016-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e o Centro de Estudos Avançados do Pará - CEAPA (CNPJ nº 03.970.826/0001-71)
Onde se lê: "Vigência do Aditamento: 11/04/2018 a 10/04/2019".
Leia-se: "Vigência do Aditamento: 11/04/2018 a 10/04/2020"
Ordenador Responsável: Gilberto Valente Martins.
Publicação Original: Sexta-feira, 13 de abril de 2018 - DIÁRIO OFICIAL Nº 33597 - P. 57 - Protocolo: 300979
Protocolo: 305887

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados que o Pregão Eletrônico nº. 011/2018-MP/PA, certame por empreitada por preço global por item, no tipo menor preço, que tem como objeto o Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte, Incluindo Veículos e Motoristas Devidamente Habilitados, sem o Fornecimento de Combustível, para atender a demanda do Ministério Público do Estado do Pará, teve **determinada a anulação da fase externa nos termos do art. 29, caput, do Decreto Federal n.º 5.450/2005, e art. 30, caput, Decreto Estadual n.º 2.069/2006 e fulcro nos fundamentos no Art. 49 da Lei 8.666/93 e Súmula nº 473 do STF (Sessão Plenária de 03/12/1969)** para que seja elidido o vício, mediante revisão e correção das planilhas de custos e formação de preços, especificamente a omissão do BDI e dos custos do PIS e COFINS previstas nas Leis Federais n.º 10.637/2002 (art. 2º) e n.º 10.833/2003 (art. 2º), respectivamente, o que implicou preços de referência irreais, condizentes com os normativos e que contemplem corretamente todos os custos necessários aos serviços.
Conforme art. 109 da Lei Federal 8.666/93 (em uso subsidiário) em seu Parágrafo I, alínea c, os licitantes poderão entrar com seus recursos no Setor de Protocolo deste Órgão, sito à Rua João Diogo, nº 100 - Térreo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do ato, conforme registro efetuado no sistema compras governamentais em 24/04/2018.
Belém (PA), 24 de Abril de 2018.
Andréa Mara Ciccio
Pregoeira

Protocolo: 305569

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO comunica aos interessados do resultado da Fase de Classif cação e Julgamento das Propostas Financeiras e habilitação do Pregão Eletrônico nº. 001/2018-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço, que tem como objeto o Registro de Preços para Aquisição de Leitor Óptico de Código de Barras, para atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Pará.
- À vista da habilitação, foram declaradas vencedoras as empresas com os seguintes valores:
CNPJ 07.500.596/0001-38 - AIDC TECNOLOGIA LTDA - Valor Global R\$ 28.012,50
Item 01..... Valor UnitárioR\$ 124,50 Valor Global estimado.....R\$ 28.012,50
CNPJ 22.416.068/0001-99 - CMK AUTOMACAO COMERCIAL EIRELI - Valor Global R\$ 12.191,25

Item 02..... Valor UnitárioR\$ 162,55Valor Global estimado.....R\$ 12.191,25
Valor Global Estimado do certame.....R\$ **40.203,75**
Belém (PA), 25 de Abril de 2018.
Andrea Mara Ciccio
Pregoeira

Protocolo: 306065

DIÁRIA

PORTARIA N.º 2685/2018-MP/PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
R E S O L V E:
TORNAR SEM EFEITO a PORTARIA Nº 6421/2017-MP/PGJ, de 28/09/2017, que concedeu 1 e 1/2 (uma e meia) diária ao CABO PM JOSIVALDO NUNES PINHEIRO, Matrícula 333.168, C.P.F. 616.403.442-68, conforme autorização no âmbito do expediente n.º 37961/2017, nos termos da Lei Estadual n.º 5.119, de 16/5/1984 c/c Lei Estadual n.º 7.551, de 14/9/2011; art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994 e Resolução n.º 008/2011-CPJ, de 30/6/2011, em virtude de haver sido autorizado seu deslocamento de Marabá ao município de Novo Repartimento, nos dias 26 e 27/05/2017, a fim de realizar segurança pessoal da Promotora de Justiça Jane Cleide Silva Souza naquele município.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 23 de abril de 2018.
GILBERTO VALENTE MARTINS
Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 305795

PORTARIA N.º 1880/2018-MP/PGJ

CONCEDER diárias, em virtude de haver sido autorizado deslocamento no âmbito do expediente nº 105942/2018 conforme abaixo relacionado:
NOME: JOSE RIBAMAR BARROS DA CRUZ
CARGO/FUNÇÃO: MOTORISTA-AOM-C-III
MATRÍCULA: 999.251
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994
ORIGEM: Belém - PA
DESTINO(S): Tailândia/PA
PERÍODO(S): 05/04/2018 - 06/04/2018
QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)
FINALIDADE: Condução de membro/servidor à serviço do MPPA - Conduzir o assessor, Renato Albuquerque
Chaves, ao minicípio de Tailandia.
Belem, 22 de Março de 2018 .
Ordenador(a) da Despesa: GILBERTO VALENTE MARTINS

Protocolo: 306056

EXTRATO DA PORTARIA Nº 055/2018 - MP/5ºPJ/ATM

A 5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE ALTAMIRA nos termos do art. 129, da CF/88, art. 26, da Lei nº 8625/93, art. 52, da Lei Complementar Estadual nº 57/2006, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 055/2018-MP/5ºPJ/ATM que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Altamira, situada na Rua Ernesto Passarelli, 2361, Bairro Sudam II, município de Altamira/PA.

PORTARIA Nº 055/2018 – MP/5ºPJ/ATM

Investigado(s): Prefeitura de Altamira
Assunto: *fscalizar de forma continuada, a atuação do poder Executivo Municipal de Altamira na realização da operação de crédito constante no Projeto de Lei Nº 060, de 31 de outubro de 2017, cujo teor consiste na autorização legislativa para que o Executivo Municipal contrate operação de crédito no valor de R\$ 20.000.000,00(vinte milhões de reais), bem como acompanhar e fscalizar a aplicação dos recursos daí provenientes.*
Daniel Braga Bona – Promotor de Justiça

Protocolo: 305810

EXTRATO DA PORTARIA Nº 002/2018-MP/PJ/TS

O Promotor de Justiça Titular de Terra Santa, com fundamento nos artigos 127 e129, inciso II, da Constituição Federal e na RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 002/2018-MP/PJTS que se encontra a disposição na Promotoria de Justiça de Terra Santa, situada na TV. Santa Terezinha – Centro – CEP: 68.285-000 Terra Santa – Fone/ Fax: (93)3538-1554.
Portaria n º 002/2018 – MP/PJ/TS
Investigado: Prefeitura Municipal de Terra Santa

Assunto: Para apurar exagerado número de servidores temporários no quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Terra Santa, sem comprovação da necessidade e urgência que motiva esta excepcional forma de contratação.

Guilherme Lima Carvalho- Promotor de Justiça
Protocolo: 305865

Extrato de PORTARIA Nº 023/2018-7ºPJ/ATM

A 7ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL E DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DO MEIO AMBIENTE, DO PATRIMÔNIO CULTURAL, DA HABITAÇÃO E DO URBANISMO DE ALTAMIRA, com fundamento no art. 54, VI e §3º, da Lei Complementar nº 057/2006 e no Art. 4º, Inc. VI, da Resolução nº 023 – CNMP, de 17/09/2007, e na Resolução Nº 010/2011-CPJ, de 30/06/2011, torna pública a instauração do **INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 016/2018-7ºPJ/ATM, SIMP 079-808/2017**, que se encontra à disposição na Rua Ernesto Passarelli, Nº 2361, Bairro Sudam II, em Altamira/PA.

PORTARIA Nº 023/2018-MPE/7ºPJ/ATM

Investigado: Norte Energia, Município de Altamira.
Assunto: Promover a ampla apuração de eventuais irregularidades quanto às condições de acesso, manutenção e conclusão das obras de infraestrutura das vias e rotatórias que circundam o Parque Municipal Altamira e o trecho da Rua Abel Figueiredo até o trevo de acesso ao Município de Vitória do Xingu, em Altamira/PA, e eventuais responsabilidades quanto à tutela dos interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis.
Altamira/PA, 19 de abril de 2018.
Thiago Ribeiro Sanandres – Promotor de Justiça

Protocolo: 305802

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

O Ministério Público do Estado do Pará torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos e subsídios diretamente ao Promotor de Justiça of ciente, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA

Procedimento Preparatório nº 000011-440/2017
Instauração: 05/04/2018

Investigante: 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo de Ananindeua.
Origem: Procedimento Preparatório instaurado a partir de reclamação realizada pelo senhor Antonio Carlos Pimentel Tobias, denunciando problemas decorrentes da conduta de seu vizinho, que resulta em suposta poluição sonora.
Objeto: Solucionar a questão retromencionada a partir da denúncia feita perante esta Promotoria de Justiça.
Ananindeua-PA, 05 de abril de 2018

LIZETE DE LIMA NASCIMENTO

Promotora de Justiça, em exercício na 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Urbanismo de Ananindeua

Protocolo: 305657

EXTRATO DA PORTARIA Nº 001/2018 – MP/PJM

O Promotor de Justiça de Maracanã, com fundamento no art.54,VI e § 3º da Lei Complementar nº 0567/06 e no art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO nº23 – CNMP, de 17.09.07, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo Preliminar nº 001/2018 – MP/PJM que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Maracanã, situada na Travessa Olavo Nunes, s/n – Fórum da Comarca CEP:68.710-000 – Fone/Fax: (91) 34481286 – Maracanã – Pará.
Portarias nº 001/2018 – MP/PJM.

Investigado: Secretaria Estadual de Educação (Estado do Para) e Secretaria Municipal de Educação (Município de Maracanã).

Assunto: Apurar a regularidade da prestação do serviço público de educação do ensino médio no município de Maracanã, diante das def ciências no funcionamento da E.E.E.M Presidente Kennedy e E.E.E.M Izidório Francisco de Souza.

Eduardo José Falesi do Nascimento – Promotor de Justiça

Protocolo: 305794

EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e Invicta Tecnologia Informática LTDA.
Objeto: Fornecimento de Licença de UPGRADE de uso do Software Team Viewer II Premium pata atender as necessidades do Departamento de Informática deste Ministério Público do Estado .
Nº. da nota de empenho: 2017NE02586.
Dotação Orçamentária: UO: 12101; Programa de Trabalho: 03.126.1434.8326; Fonte 0101. Elemento de Despesa:3390-40.
Valor: R\$ 5.828,00 (Cinco Mil Oitocentos e Vinte e Oito Reais).
Data da Assinatura: 16/04/2018.
Ordenador Responsável: GILBERTO VALENTE MARTINS.
Protocolo: 305511